



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 4 DE 24-02-2018**

ATA DO DIA 24 DE FEVEREIRO DE 2018

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, no salão Nobre dos Paços do Concelho da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, reuniu-se pelas nove horas e trinta minutos, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Idanha-a-Nova, conforme convocatória do dia oito do mesmo mês, presidida pelo senhor João Manuel Rijo Dionísio, Presidente da mesma, com a seguinte ordem de trabalhos:

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

A preencher nos termos do Regimento

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Informação sobre a situação financeira e sobre a atividade do Município;
2. Primeira revisão ao orçamento e grandes opções do plano – ano financeiro de 2018;
3. Adesão ao pacto de Autarcas para o clima e a energia do Município de Idanha-a-Nova;
4. Proposta de Regulamento dos Serviços de Abastecimento Público de Água, Saneamento de Águas Residuais e Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Idanha-a-Nova;
5. Concurso por prévia qualificação para a constituição do direito de superfície, com vinculações, sobre o imóvel do Município de Idanha-a-Nova – hotel do templo – Idanha-a-Velha (Casa Marrocos).

O senhor Presidente da Assembleia mandou proceder à chamada dos senhores deputados, tendo-se verificada a ausência da senhora Joana Mata Serrasqueiro Rossa, substituída pela senhora Eugénia Maria Pinto Moura e Mendonça e do senhor Manuel da Fonseca Monteiro, substituído pelo senhor Lourenço Malhadas.

As ausências verificadas estão todas justificadas

Verificada a existência de quórum, o senhor Presidente da Assembleia, deu por aberta a sessão tendo de imediato dado início à discussão dos assuntos inseridos no

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.

O senhor Presidente da Assembleia deu início à sessão e dado que foi enviada aos senhores deputados a versão provisória da ata número três da sessão ordinária do dia vinte e nove de dezembro, solicitou aos senhores deputados se tinham algo a alterar à mesma.

Não havendo qualquer pedido de alteração, o senhor Presidente informou que relativamente à ata não poderiam votar a mesma os senhores deputados Adalgisa Patrícia Mendes Leitão Dias, João Luís Marques Rego Geraldês e Jorge Manuel Bentes Joia, Presidente da Junta de Freguesia de São Miguel D'Acha.

Terminada a informação o senhor Presidente da Assembleia submeteu a ata a votação, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Votantes: vinte e cinco;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e cinco.



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 4 DE 24-02-2018**

Em face deste resultado a ata foi aprovada por UNANIMIDADE DE VOTOS A FAVOR.

Terminada a votação da ata, o senhor Presidente da Assembleia procedeu à leitura da correspondência recebida desde a última sessão da assembleia até ao momento, nomeadamente o relatório de atividades da CPCJ do ano de 2016, plano de ação para o ano de 2017 e a ata de aprovação destes documentos na comissão.

De seguida informou que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra neste período antes da ordem do dia.

Terminado o mesmo, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado João Geraldês disse que “ sendo natural do Ladoeiro, foi com grande agrado que ontem vi a minha terra no programa de ontem de manhã na RTP onde foram mostradas as procissões, os bombos e a dinâmica da nossa freguesia, à noite a recolha de imagens e de som da procissão dos homens, com a presença do senhor Presidente da Câmara, e em que destaque também uma candidatura feita, há bem pouco tempo, à UNESCO sobre as boas práticas na Quaresma no concelho de Idanha-a-Nova.

Vou focar duas questões, a primeira tem a ver com a seca, e não sendo bruxo e nem adivinho o tempo, mas tudo indica que o ano de 2018 será um dos piores anos de seca das últimas décadas. Existem dois tipos, o abastecimento de água às populações e o do regadio e por isso gostava de saber o que é que o executivo tem em vista para precaver um problema que vai existir quase de certeza absoluta neste ano e no futuro até. A segunda questão que coloco é a seguinte, no discurso que tive na tomada de posse falei sobre a Várzea e o Ribeiro do Freixo e falei dessas duas propriedades de serem totalmente geridas pela Câmara Municipal e por isso gostava de saber se há novidades em relação a estas duas propriedades.

Quero também apresentar uma moção que de seguida vou ler e posteriormente entregar na mesa para ser votada se a assembleia assim o aprovar.

A Assembleia Municipal de Idanha-a-Nova vem desta forma apresentar a Moção sobre a Poluição no Rio Tejo.

Nos últimos meses foi notório o aumento da poluição do Rio Tejo. Água castanha, altos níveis de espuma e inexistência de peixe, são o sinal de uma catástrofe ambiental que assola este rio. Análises feitas pela Agência Portuguesa do Ambiente durante o foco de poluição no final de Janeiro, indicaram a existência de uma concentração 5 mil vezes superior ao permitido de fibras celulósicas.

Esta Assembleia tem conhecimento que o Ministério do Ambiente tem vindo a tomar medidas para a despoluição do Rio. O encerramento parcial em 2017 da Centroliva em Vila Velha de Rodão, o encerramento da Fabrióleo em Torres Novas e a redução para metade das descargas da Celtejo são medidas importantes, e com resultados já visíveis.

Nas últimas décadas, o Rio Tejo foi vítima de uma visão de curto prazo focada essencialmente no desenvolvimento económico e que negligenciou as preocupações ambientais, sociais e de saúde pública. Neste quadro, há a referir ações de impacto elevado como o transvaze Tejo-Segura em Espanha, os efluentes de diversas cidades espanholas e por último a poluição das indústrias instaladas em Vila Velha de Rodão. O quadro é negro, e nas palavras do ministro do Ambiente do passado mês de janeiro: “o rio está praticamente morto”.

Idanha-a-Nova está comprometida com o rio Tejo. Não só porque toda a nossa fronteira é marcada por este rio, mas também porque nos associámos ao nome deste rio para a criação, sob a sigla da Unesco, do Geopark Naturtejo. O nome deste Geopark é também indicativo da importância que estes concelhos dão à geodiversidade,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 4 DE 24-02-2018

biodiversidade, ao contacto com a natureza e à preservação das atividades e culturas locais. Este desígnio que tanto tem contribuído para o impulso turístico da região não pode ser colocado em risco pela poluição no rio Tejo, pondo assim em causa uma iniciativa de sucesso criada precisamente para promover a natureza, um bem único e precioso que a nossa região tem para oferecer.

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Idanha-a-Nova propõe que:

- *A revisão das licenças de descarga, já anunciada pelo Governo, deve estar subordinada aos níveis de caudal do rio Tejo, assim como as capacidades efetivas de tratamento de efluentes das indústrias detentoras destas licenças.*
- *É necessária maior transparência junto dos cidadãos sobre os níveis de descargas. É assim fundamental que seja introduzido um sistema que permita a qualquer cidadão aceder em tempo real numa plataforma online ao nível de descargas para o rio Tejo das indústrias aí existentes.*
- *As entidades com licenças de descarga para o rio Tejo devem ter uma atitude pró-ativa de valorização do rio Tejo. A Assembleia Municipal de Idanha-a-Nova desafia estas entidades a estabelecer publicamente limites e processos de controlo que vão para além das próprias licenças, e a promover projetos junto das atividades económicas locais mais afetadas pela poluição no rio Tejo, contribuindo assim para a criação de valor de longo prazo para os concelhos em volta do Tejo e para o reforço da marca Naturtejo.*
- *Devem ser reforçados os meios de fiscalização e controlo à poluição no Tejo, tanto através do IGAMAOT, como através da reversão da extinção do INAG.*

A Cópia desta Moção deve ser enviada para Senhor Primeiro Ministro, Ministro do Ambiente, Agência Portuguesa do Ambiente e Grupos Parlamentares da Assembleia da República.”

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia referiu que a moção iria ser discutida e votada durante a sessão em momento oportuno.

Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Albano Pires Marques, Presidente da Junta de Freguesia de Medelim, que disse que “ os serviços dos CTT é um serviço estruturante da nossa comunidade. Refleti muito tempo sobre isto e é do conhecimento de todos, e imaginem o que serão o que será para populações que distam trinta ou quarenta quilómetros umas das outras e não terem pagamento de pensões, serviço de correios, etc. Temos vindo a assistir, com alguma preocupação, alguns factos, e alguns são rumores, mas com preocupação que há um plano para reduzir a atividade dos correios no concelho. É uma situação absolutamente abusiva dos interesses concelhios, dos fregueses e até mesmo do país. Neste sentido senhor Presidente da Assembleia gostaria que esta assembleia tomasse uma posição pública que levasse que os correios de Portugal a considerar que este é um território onde, eu diria, ainda é mais necessário que em outro qualquer sitio. Era este o assunto que gostaria de pedir a esta câmara e a este executivo.

O segundo aspeto, senhor Presidente da Câmara é, a pressão dos incêndios está aí e ela vai multiplicar-se exponencialmente quando começarem a cair as primeiras multas o que não demorará muito. Todos nós já começámos a ter pressões e até contactos, claro que as coisas que nunca se fizeram têm que se fazer a correr e eu também reconheço que se não se põe um pouco de pressão sobre os portugueses, os portugueses nunca chegam a horas a nada. No entanto existe uma situação que eu gostaria de citar que é o vazio legal que encontramos para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 4 DE 24-02-2018

fazer intervenção em zonas urbanas. Portanto necessitaremos com a maior urgência um regulamento municipal que nos permita impor e intervir dentro do perímetro urbano.”

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Paulo Baptista que disse que “senhor Presidente da Câmara eu que sensibilizado estou para estas situações da limpeza das matas e sabendo da existência do Gabinete Técnico Florestal e Gabinete Municipal da Proteção Civil, gostaria de saber o que é que tem estado a ser feito ao nível da Câmara e destes dois gabinetes para ser feito algum levantamento ou se está a ser feito algum levantamento ou alguma sensibilização junto das populações, uma vez que esta atitude punitiva imposta neste momento pelo governo, parece-me não ser a melhor forma de nós conseguirmos colaboração das pessoas. As pessoas só fazem reagindo e acho que a sensibilização é um aspeto muitíssimo mais interessante e uma forma mais aliciante de trabalhar. Gostava de saber se porventura alguma coisa está a ser feita e gostava ainda de saber como é que a Câmara pretende atuar quanto à situação de terrenos cujos donos não são conhecidos. Mas há uma coisa engraçada, é que neste momento se porventura começarmos a fazer limpezas e queimarmos os sobrantes poderemos pegar fogo dado que está tudo seco. Parece-me que as pessoas não se apercebem dado que são feitas leis que têm hora e dia para serem executadas, mas não é possível neste momento andarmos a cortar silvas porque se queima tudo à volta e tivemos o exemplo no fim-de-semana passado no Ladoeiro, e portanto a situação acaba por ser concretizada através desta experiência.

Temos aqui visto aqui várias e temos de certa forma colaborado nas várias moções de sensibilização ambiental e já tivemos uma moção da proibição de químicos em que o concelho se prontificou a deixar de usar determinados produtos e agora estamos a falar da poluição do rio Tejo, e relativamente à poluição do rio não vejo grande inconveniente mas gostava apenas que a senhora deputada Susana Martins, com a experiência que tem, verificou que poderiam ser feitas ali uma pequena alteração numa palavra só para se mais elucidativa a moção.

Temos uma situação que muita gente aqui já falou que são os desportos motorizados no concelho. Não tenho nada contra a prática do desporto, aliás acho francamente salutar e ninguém dirá o contrário daquilo que estou a dizer, mas também a preocupação ambiental pode pôr-se em termos dos desportos motorizados que muitas vezes andam por aí e o pó que levantam, o ruído que fazem não sei até que ponto não deveríamos também nós dedicar um pouco de atenção a isso e mais tarde debater essa questão.

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Medelim, é com imenso prazer que o oiço sempre e realmente é uma preocupação a situação dos correios e a mesma já vem de há muitos anos atrás quando começou o processo de encerramento dos postos de correios tendo-se substituído muitas vezes as juntas de freguesia aos serviços que os correios faziam e no entanto, apesar disso a sua preocupação mantém-se muito atual das últimas evoluções relativamente a esse serviço e naturalmente terá a nossa solidariedade em qualquer ação que entenda encetar.

Senhor Presidente da Câmara, relativamente a dois assuntos que têm a ver com a sede do concelho, uma das coisas que lhe queria falar é da ausência de uma casa mortuária na sede de concelho. Uma casa mortuária, como é sabido, é aquilo que permite que qualquer pessoa, independentemente do credo ou ausência dele, possa fazer o luto antes do funeral e para quando, como, se porventura está pensado, porque já há muito tempo que se fala disto. A outra coisa é uma situação que eu fui convidado, muito simpaticamente, e não fui e mais tarde redimi-me e fui ao acampamento nacional de escuteiros e um concelho que tanta acarinha os escuteiros, o que é que se passa com a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA ATA N.º 4 DE 24-02-2018

sede dos escuteiros em Idanha-a-Nova? Existe sede, não existe sede? E isto é um assunto que gostaria que me fosse esclarecido.

Gostava também de saber quais são as atribuições que serão feitas na linha da sensibilização ou levantamento do Gabinete Técnico Florestal e do Gabinete Municipal de Proteção Civil, para sabermos, se houver necessidade, a quem nos devemos dirigir.”

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que disse que “permitam-me que comece a responder às questões colocadas respondendo ao senhor deputado Paulo Baptista. Relativamente à sede dos escuteiros, o agrupamento de escuteiros de Idanha têm a sua sede sita no Largo do Adro, onde sempre estiveram, e essas instalações são pertença da paróquia de Idanha-a-Nova. Os escuteiros apresentaram a necessidade de novas instalações ou remodelação das existentes e a paróquia, que é quem têm a pertença das instalações solicitou a ajuda da câmara para a elaboração do projeto de remodelação da sede dos escuteiros e nós colaborámos nessa ajuda tendo sido produzido o projeto e agora procuramos dentro do que é legal, o que aconteceu com outras associações, dar corpo à obra de requalificação da sede dos escuteiros de Idanha-a-Nova, procurando os financiamentos dentro do quadro comunitário em vigor.

Relativamente à casa mortuária o processo está em andamento e já falamos com o pároco da freguesia, o senhor padre Adelino, sobre a necessidade dessa construção, e com ele já discutimos o projeto e esperamos levar a bom porto esta construção.

Os desportos motorizados no concelho e porque somos hoje um concelho classificado pela UNESCO como património de geodiversidade, a forma que temos de poder gerir este processo que têm um impacto negativo, mas também um aspeto positivo, portanto a forma de gerir estas atividades que podem gerar aspetos negativos, mas que também têm aspetos positivos que são a notoriedade do nosso concelho com a visita e permanência de pessoas e meios, as quais ocupam as nossas unidades hoteleiras fortalecendo assim a economia local, razão pela qual apoiamos este tipo de atividades, tendo em conta o seu retorno financeiro. A forma de causarmos menos impacto é junto da organização dos eventos que as mesmas sejam mais próximas dos amigos do ambiente de modo a diminuir o impacto negativo que causam. Também ao fazermos estas atividades temos limitado o seu desenrolar a determinados locais do concelho e o nosso empenho é que estes locais sejam recuperados, mas não deixam de causar impactos e incómodos, e o senhor deputado falou aqui de alguns, mas há mais, e portanto temos que ir gerindo este equilíbrio para que não cheguemos um dia à decisão de não fazer a prova pelo facto dos impactos negativos que causam serem maiores que os positivos.

Sobre a questão das florestas, é algo que está a ser discutido nas televisões, pelos autarcas mas a verdade é que no ano passado nós tivemos um processo demasiado complicado e não podemos ficar na mesma pelo que terá que ser um esforço de todos, desde a administração central até à administração local, pelos proprietários que são os donos dos terrenos e por isso têm uma responsabilidade acrescida na gestão dos seus terreno, mas não podemos unicamente cair em cima dos proprietários numa altura que sabemos que é muito complicada a gestão. O que defendo junto da ANMP nos vários forum's em que tenho participado, é que isto seja um esforço repartido por todos e mesmo assim não vamos conseguir o ideal e para conhecimento digo que o concelho de Idanha tem 1417 quilómetros quadrados e quatro mil quilómetros de rede viária, quatro mil e quatrocentos de rede primária, de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 4 DE 24-02-2018

edifícios isolados, devidamente identificados, em todo o concelho corresponde a mil e setecentos hectares aquilo que os cidadãos vão ter que limpar à volta destes edifícios. São investimentos avassaladores, nós para limpar o concelho como deveríamos, se tivéssemos dinheiro, gente e tempo para limpar, necessitamos de um investimento de doze milhões de euros, pelo que é manifestamente impossível fazer isto. Portanto dentro dos equilíbrios que são necessários, e isto já discutimos com o governo, nós vamos fazer um esforço financeiro, e isto já estava em orçamento no ano passado, e todos os anos temos em termos preventivos cerca de quinhentos mil euros mas este ano passámos para oitocentos mil euros, e como estava previsto em orçamento relativamente ao quadro de pessoal, vamos para a semana abrir concurso para admissão de quinze colaboradores para esta área, não só para prevenção, mas depois para fazer vigilância, ao mesmo tempo que serão envolvidas todas as entidades com tarefas relacionadas com a temática dos incêndios e da floresta numa estratégia de eficiência coletiva. Desde o início do ano até esta data já tivemos dez focos de incêndio e estamos, supostamente, no inverno, por isso este ano irá ser um ano bastante difícil, mas já iniciamos ações de sensibilização junto das populações do concelho através das juntas de freguesia e vamos continuar estas ações envolvendo a GNR, os nossos técnicos e as juntas de freguesia mas acho que o mais importante são as ações de sensibilização para que as situações punitivas sejam o último das ocorrências que tenham que acontecer.

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Medelim falou sobre os CTT e é algo que efetivamente nos preocupa a todos nós e poderia até terminar com uma moção desta assembleia para ser enviada para o governo e para quem tutela os CTT, apesar dos CTT serem uma entidade privada mas têm compromissos públicos na sua atividade privada, portanto entendo que deve haver essa tomada de posição manifestando a preocupação para que os serviços dos CTT e dos correios não deixem de estrair ao serviço das populações, mesmo nas populações mais isoladas. A Câmara Municipal cá estará para fazer esse esforço junto da administração central para que a empresa dos correios cumpra as suas funções, mas penso que a assembleia também poderia dar o seu contributo neste sentido.

O senhor deputado colocou duas questões e uma delas tem a ver com a seca no concelho de Idanha-a-Nova e no país, duas importantes preocupações, sendo o abastecimento de água para consumo humano um caso muito sério, mas as nossas barragens que armazenam água para abastecimento público, a principal é a de Penha Garcia tem uma reserva de vinte por cento da sua capacidade, o que é muito crítico e como estamos incluídos num sistema de abastecimento de água que é o Sistema de Abastecimento de águas do Vale do Tejo e hoje é uma preocupação grande no âmbito deste sistema e temos falado com a administração de modo que possamos obviamente todos trabalhar para resolver este problema, esperando que o tempo possa melhorar e nos traga água suficiente para abastecer as nossas barragens, mas estamos já com ações preventivas de modo a sensibilizar as populações para o problema da falta de água. O mesmo acontece com a questão da rega das culturas no nosso concelho e a Associação de Regantes fez-nos chegar há pouco tempo uma comunicação sobre uma limitação que vai fazer de uma forma prudente sobre a rega que é feita a partir da barragem Marechal Carmona e obviamente estamos a acompanhar esse processo e poder junto dos utilizadores haver uma melhor utilização da água e termos que gerir em conjunto todo este processo.

Ribeiro do Freixo e Várzea a situação atual e como todos sabem que a Herdade da Várzea já constituímos o processo de aluguer há vários anos mas estamos com o governo a renegociar ainda este processo para acrescentar



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 4 DE 24-02-2018**

a herdade do Ribeiro do Freixo estando já numa fase bastante adiantada, mas estes processos são sempre morosos e burocráticos acrescentando a tudo isto a ausência de alguns registos feitos, nomeadamente os edifícios destas propriedades mas como disse estamos numa fase bastante adiantada e esperamos muito em breve ter mais notícias sobre o assunto. Até porque conseguimos um financiamento comunitário de cerca de um milhão de euros numa candidatura do Green Valley Food Lab quer para apoiar nas infraestruturas que temos nestas áreas, quer em criar condições para que as empresas que estão e para as que virão possam ver aqui todas as condições em áreas de investigação, de transformação que serão fundamentais para ajudar não só os empresários que estão aqui mas também todos os outros que estão, quer na campina de Idanha, quer em todo o concelho de Idanha-a-Nova poderem desenvolver os seus projetos na área agrícola, agroalimentar e agroindustrial.”

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Câmara, o senhor Presidente da Assembleia informou que este era o momento para discutir a moção apresentada pelo grupo municipal do Partido Socialista. Assim e após a análise do documento, o senhor Presidente da Assembleia submeteu o mesmo a votação tendo sido apurado o seguinte resultado:

Votantes: vinte e oito;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e oito.

Em face deste resultado a moção foi aprovada por UNANIMIDADE.

O senhor Presidente da Assembleia informou o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Medelim que se quisesse apresentar a proposta formulada relativa aos CTT em moção, poderia redigir o documento e entrega-lo na mesa para ser discutido durante a sessão.

Terminada a votação, o senhor Presidente da Assembleia disse estar encerrado o período antes da ordem do dia, pelo que se passou de imediato à discussão dos assuntos inseridos no

PERÍODO DA ORDEM DO DIA.

PONTO NÚMERO UM – INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO – O senhor Presidente da Assembleia informou que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra. Terminado o mesmo o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Paulo Baptista que disse que “ sobre a informação não tenho muito a acrescentar mas quero chamar à atenção para o prazo médio de pagamentos que já vai nos quarenta e um dias e gostaria que os senhores deputados vissem com atenção isso. É prematura ainda fazer qualquer tipo de considerações sobre o Plano Plurianual de Investimentos e das Atividades Mais Relevantes uma vez que estamos no início do ano e a execução embora baixa será facilmente justificável por essa situação.

O senhor Presidente da Câmara, na discussão do ponto anterior, teve a gentileza de dar as explicações que nós entendemos, mas aqui vem no final uma informação sobre estes dois gabinetes, o Municipal de Proteção Civil e o Técnico Florestal que desenvolvem atividades mas nós não sabemos qual é a estratégia destes dois gabinetes ou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 4 DE 24-02-2018

para as equipas no terreno ou para qualquer outra entidade que possa desenvolver essa atividade. Também ficamos a saber que apesar do aumento de recursos humanos, que vai começar a existir daqui a uns dias, mesmo assim só conseguimos chegar a cerca de sete por cento da nossa área com esses meios humanos por isso gostava de entender um pouco mais sobre a estratégia destes gabinetes e qual a responsabilidade que vai ser alocada a cada um deles.

Gostava de chamar à atenção dos senhores presidentes de junta que a ausência traduz-se em falta de combustível e ao haver chuva vai haver maior quantidade de combustível e maior propensão em haver fogos e por isso devemos meditar um pouco sobre isto.

Relativamente à existência de um número nacional ao qual poderemos pedir explicações parece-me uma coisa feita em cima do joelho. Tem que haver outra forma de fazer chegar a informação. Não pode ser assim e a culpa não é do senhor presidente da câmara uma vez que é um call center, mas não se pode publicar leis e a por prazos e a seguir dizendo se têm dúvidas ligue para o call center. Tem que haver documentação escrita onde as pessoas socorrer, isto não é brincadeira. Então até dia quinze tinhas que ter tudo feito. Tudo feio o quê? Aonde? Como?.

Fiquei com algumas dúvidas sobre a aquisição de bens e serviços e há aqui a aquisição de um sistema de abastecimento de água com utilização de contadores inteligentes de água de pré-pagamento, portanto parto do princípio que são contadores para contabilização de consumos de água, e quarenta e sete mil euros são muitos contadores ou então são contadores muito caros, pelo que gostava de uma explicação. Gostava também que me explicasse o que é isto da aquisição de serviços para a organização/produção de espetáculos, workshops e formação que promovam a cultura para todos, no valor de quinze mil euros. Também a aquisição de serviços na área da assessoria técnica para o desenvolvimento da aceleradora I-Danha Food Lab-1.ª edição, que são trinta e cinco mil euros, isto é pro edição esse valor, é parte? Vai haver mais edições? Só para sabermos exatamente em que consiste. Depois há aqui uma coisa que é aquisição de mobiliário para uso em eventos no concelho de Idanha-a-Nova, isto é comprado a uma empresa IMAGINDUSTRIAL, Design, Publicidade e Impressão digital Ld.ª, então se é mobiliário não era mais fácil irmos comprar a alguém que o produza, ou será um mobiliário especial já que o valor de quarenta e três mil e quinhentos euros é um pouco elevado e depois há aqui uma aquisição de serviços de consultoria contabilística e de apoio à gestão, para que é que é isto? Nós não temos gabinetes e um departamento com capacidade para assegurar a transparência e as nossas contas e vamos despende três mil e quatrocentos euros mensais para adquirir mais serviços com que propósito e com que finalidade e porquê? Gostava também de saber no que a requalificação do solar do Marquês da Graciosa/Posto de Turismo de Monsanto porque julgo saber que há pouco tempo foram lá feitas obras, portanto naturalmente haverá mais obras aqui para fazer e também em que consiste a requalificação do posto de turismo do Idanha-a-Velha, estas duas obras feitas pela firma Construções Manuel Martins Leitão perfeitamente transparentes quanto ao seu custo mas não sabemos o que foi feito, pelo que gostava que o senhor Presidente da Câmara esclarecesse as dúvidas aqui colocadas.”

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia de a palavra ao senhor deputado João Geraldês que disse que “ o nível de execução é baixo porque decorreu pouco tempo desde o início do ano e em relação aos investimentos realço aquele que foi aprovado para ser investido em Monsanto em cerca de um milhão de euros em acessibilidades e gostava que o senhor Presidente nos explicasse o que é que se vai fazer em Monsanto.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 4 DE 24-02-2018

Uma iniciativa levada a efeito e que não está mencionada na informação, porque se realizou à cerca de uma semana, foi dia vinte formalizada em Idanha, o concelho de Idanha-a-Nova como a primeira bio região portuguesa. De que medida este projeto pode ajudar os agricultores a escoar os seus produtos e que impacto pode trazer este projeto para o nosso concelho, visto que nesta mesma formalização esteve presente o senhor Secretário de Estados das Florestas e disse que cinquenta e dois por cento do território nacional está em risco de desertificação. Nestes últimos anos do governo socialista têm vindo ao nosso concelho ministros, secretários de estado porque será? Será que o senhor Presidente da Câmara lhes dá alguns brides? É que é precisamente o contrário do anterior governo em que nunca fomos brindados com a presença de qualquer membro do governo.

Em relação às adjudicações também tenho a mesma pergunta a fazer que o senhor deputado também fez, aquisição de um sistema de medição de abastecimento de água com a utilização de contadores inteligentes, todos sabem eu sou do Ladoeiro e tenho falado várias vezes com o senhor Presidente da Junta de Freguesia porque no Ladoeiro falta a água com muita frequência e acho que este investimento possivelmente é baixo, mas que contadores são estes e onde é que foram colocados, se o já foram.”

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da assembleia deu a palavra à senhora deputada Susana Martins que disse que “ senhor presidente e, estamos em fevereiro, estamos ainda no inverno apesar de parecer que estamos na primavera e com muita preocupação, mas é nesta altura que se deve discutir a sério todas as medidas de segurança e de proteção das nossas florestas e do nosso concelho. Já aqui foi falado e vimos aqui várias preocupações, não só dos senhores presidentes de junta, mas também dos membros desta assembleia municipal. E de facto, V. Ex.^a esteve aqui meia hora a falar das suas preocupações e nas medidas que vão ser implementadas, medidas que eu não ouvi só as preocupações, nesta área da segurança e nesta área do combate mas esperava eu que estivesse refletido na informação do município e nos investimentos que o Município preparou ou está a preparar neste momento. De facto vemos aqui vários investimentos que foram feitos e não vou perder tempo com isso porque o senhor Presidente da Câmara certamente que irá falar neles, mas quando falamos em levantamento olhamos para os gabinetes competentes para esse planeamento e estou a falar no Gabinete Florestal e no Gabinete Municipal de Proteção Civil que está aqui muitíssimo bem representado e que certamente nos irá fornecer essas explicações. E temos que olhar para o plano e quando olhamos para um plano procuramos o que é que está a ser planeado, que medidas concretas, e reparem no ano passado tivemos cenários absolutamente assustadores, de populações que ficaram completamente cercadas e que esses acidentes converteram-se em autentico inferno, e vimos a inércia de várias entidades com responsabilidades, não neste concelho mas em outros, e nós ao olharmos para os outros recordamos o que já tivemos no nosso concelho em anos anteriores e não sei como é que as entidades vão responder e vão reagir. Eu espero que exista um plano de coordenação envolvendo todas as entidades mas se nós olharmos aqui para as atividades do Gabinete Técnico Florestal e do Gabinete Municipal de Proteção Civil apenas vimos que existe um plano de segurança e implementação no âmbito de festivais temáticos. É de facto uma necessidade porque movimentam muita gente, e para as outras situações e para as alturas de particular perigo de incêndio? Senhor Presidente não vejo aqui no plano, nem vejo mobilizar recursos financeiros e humanos refletidos neste documento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 4 DE 24-02-2018

Relativamente à contratação de serviços de contabilidade e complementado a pergunta do senhor deputado Paulo Baptista, se é uma aquisição de serviços anual, se é para reforçar o trabalho de contabilidade da Câmara Municipal ou se é para outra situação qualquer.”

Terminada a intervenção da senhora deputada, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que disse que “ começando por esta última questão colocada informo que a aquisição de serviços de consultoria e contabilidade de apoio à gestão é uma contratação para três anos e isto deve-se ao facto do quadro comunitário em vigor ser altamente exigente e nós temos investido nas áreas de consultoria e por isso temos conseguido muitos programas comunitários. Para além das candidaturas que temos no âmbito da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa, a nossa capacidade para com as candidaturas com as parcerias que temos, Geoparque Naturtejo, Reservas da Biosfera, das Cidades da UNESCO na área da música, das bio regiões, das Aldeias Históricas, tudo isto só surtirá efeito se tivermos capacidade para irmos buscar muitos programas comunitários. Obviamente que os nossos colaboradores internos muito competentes e felizmente tem sido um investimento feito e continuaremos a fazê-lo, mas quanto mais tecnicamente estivermos apetrechados, melhores resultados obteremos e depois não é só fazer candidaturas, é necessários executar a tempo e horas para assim ainda podermos ansiar por outras verbas não gastas por outros municípios, e para isso não basta termos projetos, é necessários executá-los bem e em tempo útil e isso é o nosso desafio e por isso temos que contratar pessoas para ajudar as nossas equipas internas a fazer bem.

O senhor deputado Paulo Baptista referiu-se a vários itens de aquisição de serviços, nomeadamente a requalificação do solar do Marquês da Graciosa Posto de Turismo de Monsanto e de Idanha-a-Velha, e isto tem a ver exatamente com estes programas comunitários e é concretamente com as Aldeias Históricas que nos permitem ir buscar o dinheiro cofinanciado. Estas obras decorrem sob a gestão municipal mas cofinanciadas pelo programa das Aldeias Históricas a oitenta a cinco por cento.

Ainda e relativamente à intervenção da senhora deputada Susana Martins quando diz que nós não temos medidas, que não ouviu medidas, que nós não estamos a fazer investimentos, não temos planos no âmbito da segurança e luta contra incêndios, mas eu quero-lhe dizer que a senhora deputada tem que se entender com os seus companheiros do PSD, porque o que nós fizemos neste âmbito foi contratar colaboradores para os gabinetes da área da proteção civil e a senhora deputada tem que falar com o senhor vereador António Moreira eleito pela lista do PSD, porque o senhor vereador votou contra a contratação de quinze elementos para sapedores florestais e equipas municipais de defesa da floresta e se há alguém que não está interessado neste país e que dentro do PSD não vejo medidas que tenha feito anteriormente o governo do PSD, mas este governo está agora a fazer um esforço nacional e digo à senhora deputada, que referiu que o nosso concelho não foi afetado por grandes incêndios no verão passado, mas isto deve-se ao facto de no Município de Idanha-a-Nova de termos um plano de segurança e de luta contra incêndios florestais devidamente aprovado e testado, mas isso envolve um grande investimento financeiro quer na ajuda aos bombeiros voluntários quer na implementação destas equipas de prevenção e combate a incêndios florestais. Se alguém tem medidas e estratégias neste âmbito é o concelho de Idanha e até lhe digo mais, assim que deflagra um incêndio ele não atinge grandes progressões porque atuamos logo e combatemo-los logo no início porque as nossas equipas estão no terreno e têm indicações concretas como atuar. Sabemos que não estamos livres de ter uma tragédia, mas tentamos evitá-la ao máximo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 4 DE 24-02-2018

Relativamente ao prazo de pagamentos ser elevado, nas palavras do senhor deputado Paulo Baptista, nós neste momento estamos com um prazo de pagamento de três dias e durante o ano vamos tentar mantê-lo, porque felizmente temos uma situação económico financeira que nos permite durante o ano gerir os pagamentos de acordo com as nossas necessidades, para podermos trabalhar os quadros comunitários de apoio.

Relativamente à intervenção do senhor deputado João Galdes sobre transportes e acessibilidades na freguesia de Monsanto, o projeto que tivemos cofinanciado pelo turismo de Portugal tem a ver com os acessos a Monsanto e até pela muita procura que tem tido, e pelas suas características, em momentos que acontecem muitas vezes durante o ano há muita dificuldades em poder gerir o trânsito e estacionamento e temos recebido muitas queixas de muitos turistas porque não conseguem estacionamento e acabam por se ir embora sem visitar Monsanto, ficando com uma imagem muito negativa sobre o serviço prestado. Isso foi algo que colocamos ao Turismo de Portugal no âmbito do programa Valorizar e eles perceberam que era importante e por ser um projeto de caráter inovador e estamos a falar dum processo das acessibilidades à área da vila e depois ao castelo de Monsanto de modo a que os turistas possam estar mais tempo e usufruir com conforto dum estacionamento que a vila vai ter devidamente marcados e sinalizados, sendo também beneficiados os acessos ao castelo, nomeadamente para pessoas com mobilidade reduzida.

A bio região de Idanha-a-Nova, efetivamente tivemos cá presente para testemunhar esta adesão à rede das bio regiões da Europa e como primeiro município português a aderir e isto representa para nós oportunidades não só de desenvolvimento de projetos de Idanha com outras bio regiões como por exemplo de França e de Itália, programas comunitários, oportunidades de comercialização dos nossos produtos nas áreas da produção biológica e nas áreas do desenvolvimento turístico, da restauração, das unidades hoteleiras, da educação, da cultura, porque a estratégia, é uma estratégia no âmbito da produção agrícola, da cultura e da educação. O nosso compromisso com esta rede europeia de bio regiões que se desenvolve em Itália, onde já existem cinquenta bio regiões, é em Portugal desenvolvermos uma rede com outros municípios, o que também nos comprometemos com o Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural e logo no dia em que anunciámos esta adesão sete municípios portugueses manifestaram-nos o interesse em aderir a esta rede. Portanto este movimento é muito importante exatamente por aquilo que falou e quais são os maiores problemas que hoje as comunidades do mundo rural e produções agrícolas das áreas rurais têm é que as utilizações de uma agricultura mais intensiva utilizam muitos processos químicos que são processos erosivos do solo e contaminam a qualidade da água e destrutivos da biodiversidade. Portanto são estes princípios que são fundamentais e que estão em grande desenvolvimento na Europa e no mundo. Também são estes princípios que preocupam a união europeia para melhorar a qualidade da água, para financiar territórios contribuindo para a afixação de carbono, para a redução da emissão de gases de estufa para a atmosfera, para a preservação da biodiversidade e da qualidade da água. Nós estamos a preparar-nos para o futuro, para que os nossos empresários e agentes económicos e todos nós possamos preservar o nosso património e as nossas atividades económicas e com a realidade do Brexit, vamos ter menos verbas para a coesão económica e vão ser estas áreas aquelas a serem preferenciais e portanto nós já nos estamos a preparar para o futuro.

Neste momento tenho que pedir desculpa ao senhor vereador António Moreira pelo facto de ter dito anteriormente que o senhor vereador tinha votado contra a contratação de quinze elementos para as equipas de sapedores



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 4 DE 24-02-2018**

florestais e equipas de intervenção florestal tal não é verdade porque o senhor vereador absteve-se na votação, por isso reafirmo que a votação do senhor vereador não foi contra mas sim de abstenção.”

Terminada a discussão deste ponto da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia deu início à discussão do

PONTO NÚMERO DOIS: PRIMEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO – ANO FINANCEIRO DE 2018 - O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Paulo Baptista que disse que “ainda bem que o senhor Presidente da Assembleia está com atenção para terminar a discussão do ponto anterior e só é pena que não tenha tido a atenção necessária para o senhor Presidente da Câmara para responder às perguntas que eu lhe fiz. É que o senhor Presidente da Câmara vem aqui gastar tempo e não responde às perguntas e quando se pergunta por um plano de gestão o senhor Presidente da Assembleia Municipal tem que dizer que ele tem que informar os senhores deputados, não é vir para aqui dizer que os deputados têm a obrigação de saber ou não saber e também não pode vir aqui dizer o que é que o senhor vereador fez ou deixou de fazer, mas não entendo qual é o problema do vereador votar contra mas que afinal absteve-se, não me parece bem a desinformação que o senhor Presidente tem relativamente aos assuntos discutidos nas sessões do executivo, portanto o senhor Presidente ao fazer isso tem que ter cuidado com o que diz ou então está aqui a por em questão a idoneidade do senhor vereador e a esquecer-se de dizer uma coisa, é que se estão tão bem preparados qual é a necessidade de introduzir mais quinze pessoas? O senhor não perguntou a esta assembleia se porventura esta assembleia estaria de acordo ou não com a admissão de mais funcionários e aí talvez obtivesse outra resposta. Relativamente às interrupções a única coisa que gostaria é que o senhor Presidente respondesse ao que eu lhe pergunto.”

O senhor Presidente da Assembleia solicitou ao senhor deputado que a sua intervenção se cingisse ao assunto ponto dois da ordem de trabalhos e não ao assunto do ponto um dado que esse já foi encerrado.

O senhor deputado Paulo Baptista disse que “se eu fiz perguntas no ponto anterior e se o senhor Presidente da Câmara não me respondeu como respondeu ao senhor deputado João Geraldês eu acho-me no direito de solicitar uma resposta”

O senhor Presidente da Assembleia disse que o senhor Presidente da Câmara tinha respondido às questões que o senhor deputado lhe colocou, se não gostou da resposta é uma coisa agora dizer que não lhe respondeu não é verdade segundo o seu entender, se acha que o senhor Presidente não lhe respondeu futuramente deverá enumerar as questões para que cronologicamente o senhor Presidente da Câmara responda às suas perguntas, mas agora deverá cingir-se ao assunto do ponto dois da ordem de trabalhos.

O senhor deputado Paulo Baptista disse que “por parte da Câmara Municipal houvesse alguma preocupação na qualidade dos documentos que são enviados para consulta, porque as cópias dos documentos vêm num estado que não é muito normal o que dificulta bastante a leitura, razão pela qual gostaria que de futuro se enviassem documentos francamente legíveis, o que não é o caso. O que naturalmente queria perguntar se porventura alguém virá aqui apresentar as locações porque eu tenho dificuldade em lê-las aqui como é que vão ser feitas as verbas destas receitas às despesas orçamentais.”



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 4 DE 24-02-2018**

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que disse que “ a receita dos cento e oitenta e três mil euros tem a ver com as diferenças de valores transferidas do orçamento do estado para 2018. Aquando da elaboração do orçamento municipal o orçamento do estado ainda não tinha sido aprovado e os valores inscritos em dotações a transferir do orçamento do estado quer na receita corrente, quer na de capital foram os constantes do orçamento do ano de 2017. Com a aprovação do orçamento do estado para 2018 verificou-se que houve um aumento quer nas receitas correntes e de capital e agora nesta revisão são incluídos esses valores, ou seja o orçamento municipal para o corrente ano tem um aumento de cento sessenta e três mil, cento setenta e sete euros em receitas correntes e de dezoito mil cento trinta e um euros em receitas de capital e também há outras verbas a incluir como sejam taxas de justiça que foram liquidadas em determinada altura e que agora são devolvidas ao município. Quanto à afetação desta receita ao orçamento da despesa vinte e cinco mil setecentos oitenta e oito euros e noventa e um cêntimos são afetos à rúbrica de estudos, pareceres, projetos e consultadoria e cento cinquenta e sete mil e setecentos euros à rúbrica de Transferências correntes para Instituições sem fins lucrativos.”

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Câmara, o senhor Presidente da Assembleia submeteu a proposta da Câmara Municipal relativa à *PRIMEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO – ANO FINANCEIRO DE 2018*, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e oito;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: quatro – dos elementos do PSD e do elemento da CDU;

Votos a favor: vinte e quatro.

Em face deste resultado a proposta da Câmara foi aprovada por MAIORIA.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme o indicado pela Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta.

Por unanimidade, foi aprovada, esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação:

“FOI DELIBERADO POR MAIORIA, COM ZERO VOTOS EM CONTRA, QUATRO VOTOS DE ABSTENÇÃO E VINTE E QUATRO VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À PROPOSTA DE PRIMEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO – ANO FINANCEIRO DE 2018.”

Terminada a discussão deste ponto da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia deu início à discussão do

PONTO NÚMERO TRÊS: PROPOSTA DE APROVAÇÃO DA ADESÃO AO PACTO DE AUTARCAS PARA O CLIMA E A ENERGIA DO MUNICÍPIO DE IDANHA-A-NOVA – O senhor Presidente da Assembleia solicitou ao senhor Presidente da Câmara para que fizesse um esclarecimento adicional ao documento enviado.

O senhor Presidente da Câmara disse que “ como disse há pouco, a questão que se coloca neste assunto e no âmbito da nossa parceria com a Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa e das comunidades intermunicipais, o



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 4 DE 24-02-2018**

objetivo é que as comunidades possam fazer um conjunto de planos de ação referentes às alterações climáticas, e portanto cada município depois faz esta adesão ao pacto, obviamente alguns entendem que este assunto nem deveria vir à assembleia municipal, mas nós entendemos que faz todo o sentido que venha e temos todo o interesse que seja do conhecimento de todos até para perceber o princípio. E qual é o princípio, é o compromisso que as camaras municipais devem fazer na gestão da energia e do clima e cujos compromissos vão ao encontro daquilo que são os compromissos de Paris para podermos mais tarde fazer um plano de ação às alterações climáticas, o que nos permite estarmos preparados quer para os desafios que o futuro nos apresenta e até porque os cofinanciamentos a nível nacional e a nível europeu no próximo quadro comunitário, e até no quadro comunitário em curso dado que já há um conjunto de programas para quem já tem estes planos preparados e esta adesão ao pacto de autarcas. Isto para nós é um princípio que defendemos e para o qual trabalhamos e ao mesmo tempo também o município está preparado para o futuro com esta adesão.”

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Câmara, o senhor Presidente da Assembleia e dado não haver pedidos de intervenção, submeteu a proposta da Câmara Municipal relativa à *APROVAÇÃO DA ADESÃO AO PACTO DE AUTARCAS PARA O CLIMA E A ENERGIA DO MUNICÍPIO DE IDANHA-A-NOVA*, tendo-se verificado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e oito;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e oito.

Em face deste resultado a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por UNANIMIDADE.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme o indicado pela Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta.

Por unanimidade, foi aprovada, esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação:

“FOI DELIBERADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À ADESÃO AO PACTO DE AUTARCAS PARA O CLIMA E A ENERGIA DO MUNICÍPIO DE IDANHA-A-NOVA.”

Terminada a discussão deste ponto da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia deu início à discussão do

PONTO NÚMERO QUATRO: REGULAMENTO DOS SERVIÇOS DE ABSTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUAS, SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS E GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE IDANHA-A-NOVA - O senhor Presidente da Assembleia informou estava aberto o período de inscrições para uso da palavra. Terminado o mesmo o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora deputada Susana Martins que disse que “senhor Presidente da Assembleia só uma questão que há pouco não fiquei muito satisfeita com a sua posição há pouco, quando o senhor deputado Paulo Baptista pediu para falar sobre o ponto um, o senhor Presidente disse “eu dou-lhe a palavra no ponto seguinte, o que quer dizer para mim, que poderia continuar a sua intervenção no ponto seguinte



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 4 DE 24-02-2018

e a seguir retira-lhe a palavra no ponto dois. Não foi claro senhor Presidente, poderia ter dito que já não lhe dava a palavra e aí o senhor deputado poderia ter reagido de acordo com o regimento dentro dos seus direitos.

Quanto ao regulamento só algumas perguntas ou considerações a fazer, é verdade que a discussão do texto já tinha sido iniciada mas foi suspensa por ter havido alguns problemas na sua redação, mas resolvidos aqui estamos nós. Tenho aqui uma coisa a salientar e que sempre teve em conta as nossas preocupações e agora está de facto implementada, e muito bem, que são os tarifários especiais para contemplar as famílias numerosas, vejo com agrado que as famílias numerosas com mais de quatro elementos passarão a ter um regime especial no tarifário da água e é de enaltecer este trabalho e este esforço da câmara municipal. Há aqui uma questão relativamente às leituras porque apenas se prevê a leitura dos contadores em dois períodos do ano e resulta e isto parece-me pouco porque pode haver surpresas para os consumidores. Não sei se será por falta de funcionários ou não.

Nos deveres enumerados por parte da câmara municipal não vejo um dever que me parece básico que é a constante substituição e requalificação da rede de abastecimento de água e como estamos numa fase em que é muito importante para poupar água e evitar as perdas que são cada vez maiores e são refletidas todos os anos no orçamento, portanto esse compromisso ao nível dos princípios e dos deveres não está refletido no documento. Quanto aos deveres dos utilizadores só salientar que existe aqui na alínea c) do número dois do cumprimento de regras de separação de resíduos urbanos todos nós temos a tendência e já estamos a ensinar as crianças para o dever de separação dos resíduos, mas não existe a contrapartida e o respetivo dever por parte do município de haver suficientes contentores para a separação dos resíduos.

No artigo treze, alínea b), quando se fala em serviço de recolha, estamos a falar de serviço de recolha de quê? Há vários serviços de recolha e é importante perceber que serviço é este. Quanto às distâncias gostava apenas que me explicassem, e isto é uma situação técnica para a qual não tenho preparação, mas da leitura que eu fiz verifico que se um proprietário que tem uma propriedade e quiser fazer à rede pública de abastecimento de água e se a sua propriedade distar mais de vinte metros do posto de abastecimento não o pode fazer, parece-me que vinte metros é uma distância muito curta. É mesmo assim, e sei que depois existem outros serviços, designadamente de recolha de lamas, a limpeza das foças, mas hoje em dia com as necessidades de proteção do ambiente que existem, e há aqui uma necessidade muito importante para se refletir neste regulamento que é, eu achei estranho que existe a obrigação de haver uma ligação obrigatória à rede de distribuição pública de água e isto parece-me que existe por razões de saúde pública para que as pessoas não possam ter redes privadas de distribuição de água, mas se isto é assim em todas as propriedades pelo menos a vinte metros da rede, como é que é para aquelas que estão a maior distância?"

Terminada a intervenção da senhora deputada, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora deputada Maria de Lurdes Boavida que disse que "eu queria ser esclarecida sobre os depósitos dos óleos usados, onde há, se não há onde ficarão e qual é o processo para a sua recolha e seu aproveitamento. Já que falamos de sensibilização para o tratamento dos resíduos, nunca é de mais sensibilizar as populações para a moderação do consumo de água. Nós que fomos criados sem água canalizada, nomeadamente em Salvaterra do Extremo onde a água era realmente um bem e tinha que se consumir em pequenas quantidades, neste momento vejo que se desperdiça água, e como se desperdiça se as pessoas não forem sensibilizadas em todo o concelho



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 4 DE 24-02-2018

certamente que se continua a desperdiçar e como todos verificamos que a água está a ser um bem raro, penso que ações de sensibilização nunca são de mais.”

Terminada a intervenção da senhora deputada, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado António Lisboa que disse que “Sabemos do empenho e esforço despendido pelo executivo para a elaboração deste projeto de regulamento;

Sabemos dos contatos efetuados com as diversas entidades para que este projeto fosse o mais abrangente possível, tendo em conta a legislação atual;

Sabemos que foram cumpridos todos os prazos e tramites legais exigidos;

Também sabemos que a autarquia tem previsto um investimento significativo na implementação de uma solução de contadores inteligentes ao nível da rede de distribuição de água, cujo objetivo é reduzir o volume de água não faturado de forma significativa e gerir a água como um recurso escasso e de forma mais saudável.

Nesse processo será introduzida a telemetria, isto é, aceder às leituras online e em tempo real, o que vem beneficiar uma poupança financeira, reduzindo o desperdício e as fugas de água, ao intervir de forma proactiva e eficiente como resposta aos alarmes e avisos recebidos.

Sabemos ainda que, atenta às suas responsabilidades a autarquia procede ao reporte de dados de qualidade de serviço à ERSAR, relativos à atividade de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e resíduos urbanos.

No intuito de melhorar o projeto de Regulamento dos Serviços de Abastecimento Público de Água, Saneamento de Águas Residuais e Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Idanha-a-Nova, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe a seguinte alteração:

A seguir ao parágrafo:

“O regulamento de serviço, por ser um instrumento jurídico com eficácia externa, constitui a sede própria para regulamentar os direitos e obrigações da entidade gestora e dos utilizadores no seu relacionamento, assim e em conformidade com as disposições legais em vigor, pretende adaptar-se ao novo quadro legal.”

Seja acrescentado o seguinte:

“O Regulamento dos Serviços de Abastecimento Público de Água, Saneamento de Águas Residuais e Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Idanha-a-Nova foi objeto de apreciação pública, entre os dias úteis 18 e 31 de maio de 2017, nos termos do artigo 98º do Código do Procedimento Administrativo, conforme Edital n.º 13/2017, de 18 de maio de 2017.

Assim, adotando o conteúdo das propostas emanadas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), e dando cumprimento ao disposto no n.º 1 do artigo 62.º do Decreto -Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, conjugado com a Portaria n.º 34/2011, de 13 de janeiro, e com observância da Lei n.º 23/96, de 26 de julho, alterada e republicada em anexo à lei dos Serviços Públicos Essenciais (Lei n.º 12/2008, de 26 de fevereiro e Lei n.º 24/2008 de 2 de junho) e das disposições conjugadas dos artigos 33.º, n.º 1, alínea k) e 25.º, n.º 1, alínea g) do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi elaborado o presente Regulamento Municipal dos Serviços de Abastecimento Público de Água, Saneamento de Águas Residuais e Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Idanha-a-Nova aprovado em sessão ordinária do executivo do dia 9 de fevereiro de 2018, a Assembleia Municipal de Idanha-a-Nova em sessão ordinária realizada no dia 24 de fevereiro de 2018, apreciou e aprovou o Regulamento



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 4 DE 24-02-2018

dos Serviços de Abastecimento Público de Água, Saneamento de Águas Residuais e Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Idanha-a-Nova.”

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que disse que “ este regulamento vem no âmbito da estratégia que fomos falando aqui e que está plasmada no orçamento municipal relativamente a investimentos que já aqui se falou hoje como sejam os contadores inteligentes e que já começamos a introduzir na freguesia de Monfortinho que é aquela onde se verificam mais perdas de água e em que há um consumo elevadíssimo de litros de água por habitante e o nosso objetivo é que passe para todas as freguesias do concelho. Com este objetivo pretendemos claramente, termos uma leitura muito concreta e muito correta da situação de todas as freguesias do concelho de Idanha para depois podermos fazer as devidas candidaturas aos programas comunitários. Hoje, ao contrário do que acontecia antes, conseguimos alguns cofinanciamentos para as necessidades que nós temos só conseguindo demonstrar a real situação em que estamos e da necessidade dos investimentos para obter melhor uso da água, menos perdas e mais rentabilidade do sistema. É isso que estamos a preparar com os estudos que estamos a fazer no concelho.

Respondendo à senhora deputada Susana Martins quando referiu que no orçamento não estão plasmados muitos destes investimentos, estão alguns e outros irão estar nos nossos orçamentos assim que tivermos estes levantamentos feitos. Claro que os investimentos necessários para a recuperação e requalificação da rede de abastecimento de água são tão elevados que o nosso orçamento não suporta de uma só vez a sua inclusão e por isso temos que aspirar a cofinanciamentos para aquilo que nós precisamos, e este regulamento é fundamental para que possamos com a ERSAR ter os dados necessários em todo o concelho de Idanha para aspirarmos a fazer cofinanciados nos programas comunitários.”

Seguidamente solicitou ao senhor Presidente da Assembleia para que o senhor engenheiro Isaías, técnico dos serviços municipais pudesse esclarecer tecnicamente às questões levantadas. Devidamente autorizado, o senhor engenheiro Isaías referiu que as leituras pela lei dos serviços públicos obrigatoriamente têm que ser feitas duas leituras anuais e com um intervalo não inferior a oito meses e em Idanha-a-Nova presentemente estão a fazer-se leituras bimensais e por isso nós vamos além da obrigatoriedade daí que às vezes detetamos situações e surpresas diversas. Relativamente aos ecopontos a sua colocação obedecem a um decreto-lei 17/2009 e neste momento é a empresa VALNOR que tem a responsabilidade da sua colocação em todo o concelho tem por base o número de habitantes por freguesia e mesmo assim se fizermos as contas ultrapassamos em muito o número de ecopontos necessários em cada freguesia. No que se refere à distância dos vinte metros, isso decorre da lei geral, mas quando essa distância é superior está sujeita a uma avaliação e se for só um proprietário a despesa proveniente da construção do ramal é suportada unicamente por esse proprietário, mas se forem mais proprietários interessados, depois de devidamente requerida e estudada, a despesa será suportada pela câmara municipal ficando os interessados responsáveis pelo pagamento somente da despesa correspondente aos vinte metros.

Terminada a intervenção do senhor engenheiro e do senhor Presidente da Câmara, o senhor Presidente da Assembleia submeteu a proposta da Câmara Municipal relativa ao *REGULAMENTO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUAS, SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS E GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE IDANHA-A-NOVA*, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e oito;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 4 DE 24-02-2018

Votos em contra; zero;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e oito.

Em face deste resultado a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por UNANIMIDADE.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme o indicado pela Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta.

Por unanimidade, foi aprovada, esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação:

“FOI DELIBERADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À PROPOSTA DE REGULAMENTO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA, SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS E GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE IDANHA-A-NOVA, COM A SEGUINTE ALTERAÇÃO: A SEGUIR AO ÚLTIMO PARÁGRAFO DA INTRODUÇÃO SEJA ACRESCENTADO O SEGUINTE –

O Regulamento dos serviços de abastecimento público de água, saneamento de águas residuais e gestão de resíduos urbanos do Município de Idanha-a-Nova foi objeto de apreciação pública, entre os dias úteis 18 e 31 de maio de 2017, nos termos do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo, conforme Edital n.º 13/2017, de 18 de maio de 2017.

Assim, adotando o conteúdo das propostas emanadas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos (ERSAR), e dando cumprimento ao disposto no n.º 1 do artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, conjugado com a Portaria n.º 34/2011, de 13 de janeiro, e com a observância da Lei n.º 23/96, de 26 de julho, alterada e republicada em anexo à lei dos Serviços Públicos Essenciais (Lei n.º 12/2008, de 26 de fevereiro e Lei n.º 24/2008, de 2 de julho) e das disposições conjugadas dos artigos 33.º, n.º 1, alínea k) e 25.º, n.º 1, alínea g) do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi elaborado o presente Regulamento Municipal dos Serviços de Abastecimento Público de Água, Saneamento de águas Residuais e Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Idanha-a-Nova aprovado em sessão ordinária do executivo do dia 9 de fevereiro de 2018, a Assembleia Municipal de Idanha-a-Nova, em sessão ordinária realizada no dia 24 de fevereiro de 2018, apreciou e aprovou o Regulamento dos Serviços de Abastecimento de Água, Saneamento de Águas Residuais e Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Idanha-a-Nova.”



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 4 DE 24-02-2018**

Terminada a discussão deste ponto da ordem de trabalhos o senhor Presidente da Assembleia deu início à discussão do

PONTO NÚMERO CINCO: CONCURSO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO PARA A CONSTITUIÇÃO DO DIREIRO DE SUPERFÍCIE, COM VINCULAÇÃO, SOBRE O IMÓVEL DO MUNICÍPIO DE IDANHA-A-NOVA – HOTEL DO TEMPLO – IDANHA-A-VELHA (CASA MARROCOS) – O senhor Presidente da Assembleia solicitou ao senhor Presidente da Câmara para fazer uma apresentação prévia sobre o assunto.

A senhora deputada Adalgisa Dias solicitou a palavra para uma esclarecimento à mesa e disse que “ venho apenas manifestar a impossibilidade de discutir e votar este assunto, uma vez estar diretamente envolvida no processo e ser também indicada para fazer parte do júri do concurso de negociação para a constituição do direito de superfície.”

Seguidamente o senhor Presidente da Câmara disse que “sobre este ponto entregámos à Assembleia Municipal um conjunto de alterações daquilo que já tinha sido enviado anteriormente, que foram aprovados em sessão do executivo municipal de ontem e que entendemos acrescentar e valorizar esta proposta, e como entendemos que isto é um processo com alguma complexidade que tem envolvido vários pareceres da Direção Regional de Cultura do Centro e do Turismo de Portugal, entendemos e pedimos à Assembleia Municipal que não se discuta este assunto nesta sessão e com esta nova informação possa ser entregue a todos os senhores deputados toda a informação que a Câmara Municipal deliberou e aprovou e que este assunto seja debatido numa próxima sessão da Assembleia Municipal, que proponha que decorresse durante o mês de março, até pela urgência deste processo e como este projeto está abrangido pelo programa REVIVE, pelo que é um projeto cofinanciado e temos já privados interessados neste processo.”

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Câmara, o senhor Presidente da Assembleia disse que uma vez que este assunto virá a uma outra sessão da Assembleia Municipal, dou por encerrado este ponto da ordem de trabalhos e discuti-lo-emos, obviamente, nessa sessão.

Terminado que está este ponto da ordem de trabalhos passamos de seguida à apreciação e discussão da moção entregue pelo senhor Albano Pires Marques, Presidente da Junta de Freguesia de Medelim relativa ao serviço universal dos CTT e que passo a ler:

“O serviço universal de CTT assume primordial importância no apoio à população do concelho de Idanha-a-Nova.

Existe apenas um posto de correios na sede do concelho, pelo que o restante serviço é assegurado às populações que residem por vezes a distâncias da ordem dos 50 Kms, por delegações dos correios apoiadas em entidades privadas locais e Juntas/Uniões de Freguesias.

Tendo esta Assembleia Municipal tido conhecimento de um eventual desinvestimento em algumas freguesias e:

Reconhecendo a grande preocupação já causada junto das populações;

Reconhecendo o grande impacto que o encerramento de delegações de correios teria no desenvolvimento do nosso concelho;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 4 DE 24-02-2018

Reconhecendo o impacto que tal medida teria na aceleração da desertificação, prejudicando todo o esforço que o Município de Idanha-a-Nova tem vindo a prosseguir no sentido contrário;

A Assembleia Municipal de Idanha-a-Nova solicita ao governo:

- Que obtenha junto da administração dos CTT informação sobre o seu Plano Estratégico para o concelho de Idanha-a-Nova;
- Que sensibilize a administração dos CTT para a dispersão geográfica e distâncias quilométricas à sede do concelho;
- Que exija junto da administração dos CTT o cumprimento rigoroso do Serviço Público contratualizado.”

Terminada a leitura do documento o senhor Presidente da Assembleia solicitou aos senhores deputados se tinham algo a modificar ou acrescentar. Não havendo qualquer pedido de alteração o senhor Presidente da Assembleia submeteu a moção a votação, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e oito;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e oito.

Em face deste resultado a moção foi aprovada por UNANIMIDADE e a mesma será encaminhada para o gabinete do senhor Primeiro Ministro.

Terminada a discussão dos assuntos da ordem do dia, o senhor Presidente da Assembleia em cumprimento do estipulado no Regimento da Assembleia, solicitou se alguém do público queria tomar a palavra.

O senhor vereador António Moreira solicitou a palavra e o senhor Presidente da Assembleia deu consentimento para o uso da palavra na qualidade de elemento do público e não como vereador.

Assim, o senhor vereador António Moreira disse que “a minha intervenção é muito simples, como foi dito pelo senhor Presidente da Câmara que tinha votado contra, que depois retificou para voto de abstenção, a contratação de quinze elementos para as equipas sapedores florestais, independentemente do meu sentido de voto quero referir que o plano de contingência de prevenção ao combate de incêndios não se deve limitar à contratação de pessoal e digo isto porquê? Por uma razão muito simples é porque o executivo ainda não apresentou dados concretos do que vamos fazer ou do que pretendemos fazer na prevenção de incêndios. Eu recordo aqui uma situação que tivemos o ano passado, que por acaso poderia ser a mais grave das que tivemos no concelho que foi o incêndio entre Monfortinho e Penha Garcia e fui um dos primeiros a chegar ao local onde estavam alguns populares e uma equipa de intervenção da proteção civil. É lógico que o tanque de água dessas carrinhas é pequeno,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 4 DE 24-02-2018

consumimos a água muito rapidamente e como é obvio ficamos sem água, não havia tínhamos nenhum autotanque dos bombeiros de Idanha-a-Nova que estavam todos em Alpedrinha, é lógico que por parte de alguns populares e depois com a chegada da carrinha a União de Freguesias de Monfortinho e Salvaterra do Extremo conseguimos atenuar um pouco a força do incêndio. Acontece que só quando chegou o autotanque com o vice-comandante dos bombeiros de Idanha com a sua experiência assumiu o comando das operações e tentou o mais rápido possível estancar o fogo, mas foi preciso chegar o autotanque para reabastecer os tanques das carrinhas da proteção civil e da união de freguesias. Acontece que o fogo já lavrava dos dois lados da estrada e eu dirigi-me ao membro da carrinha da proteção civil para que atalha-se o fogo pela parte de cima da serra. Resposta do condutor da carrinha – não tenho autorização para sair da estrada, as instruções que temos é sinalizar e combater os incêndios na estrada, e nada mais.

Estas são as instruções que os elementos das carrinhas da proteção civil têm em caso de incêndios, por isso eu digo quando estamos a falar destas coisas, e são coisas sérias, e é por isso que contestamos a aplicação de dinheiros públicos porque esta aplicação tem que ser bem fundamentada. Por isso termos um gabinete como temos, florestal e da proteção civil, não vale a pena admitir mais funcionários para estas áreas. Temos três postos de bombeiros no concelho, Penha Garcia, Zebreira e Idanha, será que com estas pessoas que estão sempre no terreno não farão melhor trabalho que as três carrinhas da proteção civil? Quem são as pessoas que estão na Proteção Civil? Eu conheço equipas que temos na proteção civil que estão com as carrinhas em vigilância, mas sinceramente, se me dissessem a mim, e não percebo nada daquilo, se quero lá aquelas pessoas, não sei o que respondia.”

Terminada a intervenção do senhor vereador, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que disse que “ quero fazer um esclarecimento sobre a intervenção do senhor vereador. Nós temos um conjunto de regras e antes de mais a carrinha que o senhor vereador disse ser da proteção civil não o era efetivamente da proteção civil, e é preciso sabermos com quem estamos a lidar, a carrinha em causa era duma firma particular, mais concretamente a AFLOBEI, é preciso fazer a destrinça o seu a seu dono e esse caso eu conheço-o bem, eu próprio questioneei a AFLOBEI que é a associação dos produtores florestais que tem uma carrinha de sapadores florestais na zona de Penha Garcia e foi essa carrinha que esteve no local do incêndio. Mas há um conjunto de regras que têm que ter e infelizmente nesse momento, que poderia ter sido trágico mas não foi pela questão do vento que começou a soprar em sentido contrário, houve um momento, que é importante aqui dizê-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 4 DE 24-02-2018

lo, que estava um enorme incêndio no Fundão e estava a caminhar para o nosso concelho, e como o senhor vereador disse e muito bem, onde estavam quase todas as viaturas da corporação dos bombeiros de Idanha-a-Nova a combater a frente de fogo que se encaminhava para o nosso concelho, e graças ao empenho dos nossos bombeiros conseguimos que o fogo do concelho do Fundão não progredisse no nosso concelho e por isso ficamos desguarnecidos em Idanha. O ano passado não tivemos situações de grandes áreas ardidadas, mas eu já o disse aqui várias vezes, nunca poderemos dizer, não vamos ter problemas, temos que estar todos muito atenciosos, existe um conjunto de regaras de funcionamento e que num momento de aflição é preciso também entender e não sou eu que vou lá meter-me a combater o incêndio. Eu estou sempre disponível para que o mandante das operações me diga o que precisa, não vou interpretar o que quer que seja porque só estamos a atrapalhar, isto com boas intenções, e não nos devemos intrometer porque tecnicamente não estamos preparados e às vezes com a nossa boa vontade estamos a complicar e eu, enquanto presidente de câmara, nunca faço isso, estou na retaguarda para saber o que é necessário e nós damos todos os meios que são necessários e às vezes os impossíveis, e neste caso era só para esclarecer que a equipa não era da proteção civil era da AFLOBEI e cumpria ordens da AFLOBEI. Eu entendo que nós enquanto pessoas e tivermos as nossas matas a arder, estamos aflitos e por muitas interpretações que possa ter, os comandantes que estão no terreno são comandantes operacionais e temos que os deixar fazer o seu trabalho e cá estaremos para os ajudar com meios, que às vezes não chegam, e foi o caso porque os nossos meios foram todos deslocados para Alpedrinha e ficamos desguarnecidos no concelho de Idanha e lembro-me de na altura ter discutido isso e me terem dito nós não temos meios no concelho de Idanha e espero que não nos aconteça nada e aconteceu, mas felizmente tivemos sorte.

Também para esclarecer o que o senhor vereador disse, as equipas municipais de intervenção florestal, a câmara de Idanha tem uma equipa de sapadores florestais e na colaboração que tem com o CMCD tem mais uma equipa e durante um período fazem prevenção e no outro período estão a fazer vigilância e não saem dos postos de vigia porque a lei assim o estipula, porque no dia em que tiverem que uma limpeza do que quer que seja há um fogo e ninguém o detetou, portanto toda a vigilância é feita por essas equipas durante todo o período críticos, e as equipas que nós queremos constituir, criando mais uma equipa de sapadores florestais e dotar as equipas municipais de intervenção florestal vão acrescentar a uma que o ICNF vai colocar no Parque Internacional do Tejo, vão colaborar com esta da AFLOBEI, com a da AFOCELCA que existe na zona de Proença-a-Velha e todos têm que estar em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 4 DE 24-02-2018

coordenação e cumprindo determinada regras de operações, às vezes parece-nos que as coisas não estão a funcionar, mas estão, mas mesmo funcionando coordenadas podem existir problemas enormes.”

Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente acta, que depois de lida e achada conforme, vai ser assinada pelos membros da Mesa.